

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.pariqueraacu.sp.leg.br](http://www.pariqueraacu.sp.leg.br)

Correio eletrônico: [camara@camarapariquera.sp.gov.br](mailto:camara@camarapariquera.sp.gov.br)

### PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer nº 19 ao projeto de lei do Executivo  
nº 4/2018

#### I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

1. De autoria do Chefe do Poder Executivo, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre autorização ao Município de Pariquera-Açu, por meio da procuradoria jurídica, a protestar extrajudicialmente as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não tributários do Município, constituídos na forma dos artigos 29 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 16/2015.

2. Na Mensagem consta que o presente projeto implementará métodos de recebimento mais céleres e menos onerosos às cobranças de créditos Municipais, cujo teor baseia-se em semelhante conteúdo da Lei Municipal de Registro de nº 1.549 de 15 de outubro de 2015.

3. É o relatório.

#### II - VOTO DO RELATOR

4. Compete à esta CCRJ se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade ou legalidade e técnica legislativa de projetos de lei e resolução e à CFO a manifestação sobre propostas que geram despesas ao erário, nos termos, respectivos, dos artigos 46, inciso I, alínea “a” e inciso II, alínea “d” do Regimento Interno.

5. O presente parecer conjunto tem fundamento no art. 68 do Regimento Interno.

6. A matéria em apreço é de competência municipal, nos termos do disposto no art. 3º da Lei Orgânica e no art. 30, incisos I e II da Constituição Federal.

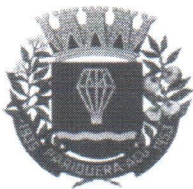
7. A iniciativa está de acordo com as disposições do art. 44 da Lei Orgânica.

8. Quanto à juridicidade, nenhum óbice há na aprovação da matéria, que se encontra adequadamente inserida no ordenamento jurídico municipal. Além disso, o Supremo Tribunal Federal já julgou constitucional o protesto da CDA pela Fazenda Pública na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5135, conforme a seguinte ementa:

DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 9.492/1997, ART. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO. INCLUSÃO DAS CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA NO ROL DE TÍTULOS SUJEITOS A PROTESTO. CONSTITUCIONALIDADE.

“Deus seja louvado”

1 de 4



## CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.pariqueraacu.sp.leg.br](http://www.pariqueraacu.sp.leg.br)

Correio eletrônico: [camara@camarapariquera.sp.gov.br](mailto:camara@camarapariquera.sp.gov.br)

9. No que se refere à técnica legislativa, a propositura obedece aos termos da Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998.

10. No mérito, a proposta, condizente com a autorização do Município de levar a protesto das certidões de dívida ativa é importante para fins de dar celeridade às cobranças de créditos decorrentes de inscrições em CDAs. Nos termos do art. 8º da proposta, o Município fica autorizado a dispensar o protesto e ações judiciais nos casos em que as custas ou emolumentos forem superiores ao valor da dívida.

11. Nos termos do art. 11, o Poder Executivo Municipal também ficará autorizado a firmar convênio com os respectivos tabelionatos de protestos de títulos para fins de cumprimento no disposto no referido diploma legal, sendo que as despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas (art. 12).

12. Entretanto, entendemos que a redação do § 2º do art. 1º deve ser modificada, uma vez que tal dispositivo prevê que do total da dívida constante do documento protestado será acrescido de atualização monetária, juros e honorários advocatícios. Nesse sentido, entende-se que a condenação em honorários nos casos em que não há processo judicial e sem a especificação do percentual devido nos casos de CDA redundam em irregularidade. Ademais, o trabalho de constituição da cédula de dívida ativa é do departamento de tributos, não da procuradoria jurídica. Portanto, para sanar tal irregularidade, sugerimos as seguintes redações:

Art. 1º [...]

§ 2º O total da dívida constante do documento protestado será composto de atualização monetária e, no caso exclusivo de títulos executivos judiciais, de honorários advocatícios.

13. Por fim, registramos que, para que a presente propositura seja aprovada será **necessário o voto de aprovação da maioria absoluta (cinco votos) dos membros da Câmara, em um único turno de votação, nos termos do disposto no § 2º do Art. 48 da Lei Orgânica.**

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei em análise, bem como de adequação das disposições da proposta com o Orçamento, podendo a proposta ser deliberada pelo plenário da Câmara Municipal, com a emenda sugerida no corpo deste parecer.

Sala das Comissões, 21 de março de 2018.

ARNALDO LOURENÇO  
Relator da CCJR

MÁRIO MIRANDA  
Relator da CFO

“Deus seja louvado”



**CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP**  
**CNPJ: 44.303.683/0001-21**

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.  
Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.pariqueraacu.sp.leg.br](http://www.pariqueraacu.sp.leg.br)  
Correio eletrônico: [camara@camarapariquera.sp.gov.br](mailto:camara@camarapariquera.sp.gov.br)

---

  
**ELIEL COPPI**  
Presidente da CCJR

  
**DORIVAL REIS**  
Membro da CCJR

  
**MILTON TICACA**  
Presidente da CFO

  
**Prof. SERGIO CHEMITE**  
Membro da CFO